

Como minimizar os impactos das novas regras do Fies?



Luiz Ernani
Diretor da TOTVS
Consulting

Recentemente, o governo federal modificou as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores particulares e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Entre as inúmeras alterações anunciadas, houve um aumento no prazo para o repasse financeiro às instituições de ensino, que passou de doze parcelas anuais para oito, e uma elevação na taxa de juros do financiamento de 3,4% para 6,5% ao ano.

As novas regras impactam não apenas os estudantes que desejam ingressar no Ensino Superior, mas também o caixa das universidades. Para suplantar esse desafio, as instituições de ensino estão buscando soluções em duas frentes: redução de custos operacionais e oferta de financiamento aos alunos com condições parecidas às do Fies.

No que diz respeito à redução de custos, o setor educacional tem adotado, cada vez mais, melhores práticas de gestão de outros segmentos. É o caso do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), que centraliza as atividades administrativas ou acadêmicas, visando a padronizar os processos, aumentar a produtividade e revisar o modelo de relacionamento com os alunos diante de novas tecnologias. Outra prática que também tem sido bem-sucedida é a Central de Ensino, que padroniza todos os conteúdos programáticos.

Com relação à oferta de financiamento aos alunos, as universidades estão avaliando a possibilidade de estabelecer parcerias com bancos ou, até mesmo, desenvolver a sua própria insti-



tuição financeira. Neste último caso, é necessário avaliar fatores como estrutura societária, produtos a serem ofertados e riscos da atividade antes da tomada de decisão. Após essa análise inicial, as instituições que optarem por estabelecer a sua própria instituição financeira reterão alunos e ainda poderão lucrar a partir do *spread* das operações, já que poderão oferecer uma gama de serviços financeiros independente de interesses e normas de um parceiro.

Durante o prazo de homologação de uma nova instituição financeira pelo Banco Central, as universidades devem buscar formas de minimizar os impactos do Fies no curto prazo. A alternativa mais simples e rápida para isso é o estabelecimento de parcerias com bancos de mercado, movimento que também deve ser adotado por aquelas que não puderem criar sua própria instituição financeira. Por meio dessa medida, também será possível reter e conquistar estudantes; o banco, por sua vez, acessará uma base inédita de clientes que, em sua maioria, ainda não possuem conta-corrente.

Embora algumas instituições acadêmicas estejam sentindo os impactos das mudanças do Fies neste semestre, eles serão maiores a partir do próximo ano e afetarão, principalmente, as instituições que atuam nas classes C e D, devido ao volume de financiamentos existentes nessa camada. Diante das novas regras, elas terão de se estruturar por meio de pessoas capacitadas e normas e processos claros para oferecer um financiamento privado, próprio ou não, de forma a não perder o volume de alunos e a receita decorrente deles. Esse movimento deve ser realizado o quanto antes, para que as alterações não afetem o número de ingressos em 2016. ■